

MEMÓRIAS DE UM FEIRANTE: disputas da memória social na patrimonialização do Mercado Público de Lages

MEMORIES OF A MARKETER: social memory disputes in the patrimonialization of the Lages Public Market

José Alberto de Oliveira Grechoniak¹

joseagrechoniak@gmail.com

Ana Elísia da Costa²

ana_elisia_costa@hotmail.com

RESUMO: Tendo como marco teórico reflexões que reconhecem a cultura como um campo de disputas e que buscam construir uma política democrática do patrimônio, o trabalho revisita a história do Mercado Público de Lages, a partir do relato do filho de um ex-feirante. A adoção desse objeto de estudo se justifica pelo fato desse Mercado ter sido alvo de uma recente revitalização que se centrou nos aspectos físicos do edifício e apagou memórias dos que lá trabalharam. Com uma abordagem exploratória-qualitativa, objetiva-se analisar o referido relato e avaliar sua potencialidade para recompor uma memória-outra ou não hegemônica do Mercado, vindo a subsidiar novas pesquisas. Dividido em três partes, o trabalho apresenta o “contador de histórias”; descreve o mercado como “lugar” e “espaço”, revelando personagens, modos de trabalho e de sociabilização e fatos da luta de classe; e aborda traumas vividos na interdição e requalificação do edifício. Conclui-se que o Mercado suporta não uma história, mas histórias, devendo converter-se em um novo campo de investigação. Espera-se, com isso, dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado, assegurar o direito à cidadania cultural e prospectar futuros mais democráticos na gestão patrimonial de Lages.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Cultural; Mercado Público; Lages.

ABSTRACT: Taking as a theoretical framework reflections that recognize culture as a field of dispute and that seek to build a democratic heritage policy, the article revisits the history of the Lages Public Market, based on the report of the son of a former marketer. The adoption of this object of study is justified by the fact that this Market was the target of a recent revitalization that focused on the physical aspects of the building and erased memories of those who worked there. With an exploratory-qualitative approach, the objective is to analyze the aforementioned report and evaluate its potential to recompose an other or non-hegemonic memory of the Market, coming to subsidize new research. Divided into three parts, the study presents the “storyteller”; describes the market as a “place” and “space”, revealing characters, ways of working and socializing and facts of the class struggle; and addresses traumas experienced during the closure and redevelopment of the building. It is concluded that the

¹ Arquiteto e Urbanista. Mestrado no PROGRAU da UFPE. Professor da Universidade do Planalto Catarinense.

² Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011); Pós-doutora pelo Instituto Universitário de Lisboa (2021). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel (PROGRAU-UFPel).

Market supports not a history, but stories, and should become a new field of investigation. This is expected to give broader meanings to the restricted built space, ensure the right to cultural citizenship and prospect for more democratic futures in Lages' heritage management.

Keywords: Memory; Cultural Heritage; Public Market; Lages.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como marco teórico reflexões que reconhecem que a cultura é um campo de disputas pela memória social e que buscam construir uma política democrático de patrimônio histórico. Nessa perspectiva, contestam a estatização da memória, a definição de uma história única e contínua e a constituição de um patrimônio oficial que, normalmente, diz somente ao universo dos sujeitos ligados aos poderes estabelecidos. Contemplando práticas sociais e culturais de múltiplos e diferentes agentes, essas discussões buscam legitimar não uma memória ou uma história, mas memórias e histórias, incluindo a de sujeitos esquecidos ou “vencidos” pelos poderes estabelecidos (Chaui, 2021).

Dar luz a essas memórias-outras se justifica por assegurar o direito à diferença, construindo uma cultura coletiva e plural. Por outro lado, ao permitir que memórias excluídas no passado sejam retomadas no presente, abre-se perspectivas para reflexões sobre as motivações dos conflitos vividos, bem como sobre os modos como a sociedade e suas instituições constroem a si mesma e seus significados, o que é condição fundamental para transformar o futuro.

Essa abordagem da cultura, da memória e do patrimônio, portanto, transcende a abordagem redutora de critérios, conceitos e técnicas de identificação, preservação e intervenção patrimonial. O tema aqui é politizado em uma perspectiva emancipatória e se articula com outras lutas, como o direito à cidade, ao meio ambiente e à cidadania cultural (Chaui, 2021).

À luz desse marco teórico, diversos estudos vêm resgatando memórias do trabalho e dos trabalhadores. Lugares da memória do trabalho dizem respeito aos laços de identidade e de solidariedade de classe constituídos no ritmo cotidiano do labor, mas também aos conflitos e lutas sociais e políticas que envolvem alienação e resistências à contingências das ordens impostas (Nascimento; Scifoni, 2015).

Entre os lugares de trabalho, destacam-se os mercados públicos. Esses, contudo, são também lugares de sociabilidades. Mais do que lugar de trabalho e de troca, ali se dão

encontros e festas, entre o vai e vem de coisas e pessoas e a profusão de cores, cheiros e gritos. Partilha-se ali a culinária, modos de expor, de negociar, de vestir e de falar, articulando principalmente produtores, comerciantes e compradores. Mercados são também palcos de disputas pelo seu uso que, como espaço semipúblico, acaba por animar e tensionar os interesses operantes na construção das cidades. (Freire, 2018; Bonduki, 2010). Por essa densidade social, os mercados são sempre espaços de empilhamento de memórias heterogêneas.

Da vivência do Mercado Público do município de Lages/SC, fundado em 1948 e interditado em 2009, também emergem memórias diversas, especialmente de seus trabalhadores anônimos. Essas, contudo, foram invisibilizadas com um recente projeto de revitalização de 2014, finalizado em 2021. Desencadeado por um concurso nacional de projetos de arquitetura, as propostas de revitalização foram regidas por um edital que toma o Mercado como um “patrimônio”, sem precisar os valores materiais e simbólicos do seu passado. Tampouco esse edital envolveu antigos trabalhadores na proposição de um futuro programa que, por sua vez, dedicou espaço ao turismo e ao lazer *gourmetizado*, a exemplo de tantas intervenções em mercados no cenário global neoliberal (Freire, 2018).

Esse concurso, na verdade, opera como um artifício que legitima o que Montaner e Muxí (2014, p. 159) chamam de “apagamento de memórias”. De forma lenta e oculta, apaga memórias plurais e complexas e impõe memórias simples, como forma de controlar resistências e permitir investimentos, valendo-se para isso de campanhas publicitárias.

O tema deste concurso recentemente foi discutido em uma pesquisa (Grechoniak, 2023) que, apesar de não objetivar o resgatar das diversas memórias que constituem o Mercado, foi interpelada pelo depoimento de um filho de dono de banca. Essa narrativa, ao tornar habitável o “vazio” do Mercado abandonado e dar luz aos conflitos envolvidos no seu processo de interdição e de revitalização, evidenciou a necessidade de ampliar novas pesquisas, já que esse é um tema ainda pouco abordado em pesquisas e na mídia em geral.

Tomando esse relato como dado e pretexto para uma experimentação investigativa sobre memória, o Mercado Público de Lages é (re)tomado aqui como objeto de estudo. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório e qualitativo que objetiva analisar a referida narrativa e avaliar sua potencialidade para recompor uma memória-outra ou não-hegemônica do Mercado. Isso, por sua vez, se justifica por poder subsidiar novos estudos.

Para tanto, vale-se principalmente dos aportes teóricos de Certeau (1998) e metodológicos de Faraco (2003). Entende-se aqui que o mercado não só como “lugar” – dado físico ou geométrico –, mas também como “espaço” de práticas sociais polivalentes permeadas por conflitos e consensos, e que, por isso, os relatos sobre ele “incessantemente, transformam lugares em espaços ou espaços em lugares”. (Certeau, 1998, p. 203). Por outro lado, a experimentação analítica desses relatos se vale de algumas estratégias da “análise do discurso” (Faraco, 2003). Trechos da narrativa foram separados por temas emergentes, agrupados e, por fim, comparados. Entre o dito (e não dito), em distintos lugares e de distintos modos, foi construído um texto-outro, uma interpretação livre, obviamente sob o risco de perda da riqueza do discurso integral e de distorção de argumentos postos fora de contexto.

O trabalho apresenta em sua primeira parte o nosso narrador, um contador de histórias minuciosas e sensíveis, onde descrição e invenção (sempre verdadeiras) se amalgamam. A segunda parte versa sobre a descrição do mercado como “lugar” e como “espaço”, revelando personagens, modos de trabalho e de sociabilização e fatos da luta de classe. Por fim, a terceira parte revela os traumas da violenta interdição do mercado e os apagamentos de memórias e vidas, o que não se dá só ontem, mas são permanentes no hoje.

Ao serem reveladas memórias-outras do mercado, amplia-se a sua abordagem histórica como única - ali não cabe uma história, mas histórias -, sendo, portanto, um lugar de cultura plural. Decorrente disso, novas pesquisas junto a produtores, comerciantes e compradores do antigo mercado se mostram como um promissor campo de investigação. Isso se faz necessário não só por dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado do mercado, mas também por assegurar o direito à cidadania cultural e prospectar futuros mais democráticos na gestão patrimonial de Lages.

1. O NARRADOR OU CONTADOR DE HISTÓRIAS

“João”, nome fictício de nosso contador de histórias, atende prontamente ao pedido de uma entrevista informal sobre o Mercado Público de Lages, motivada por ser ele filho de um antigo dono de banca e de ter também trabalhado ali por um longo período³. O protocolo de pesquisa, que contextualiza seus objetivos, explicita autorizações necessárias e expõe

³ Buscando depoentes, a pesquisa veiculou um material nas redes sociais que, depois de compartilhado, alcançou a esposa de João, então estudante de Arquitetura. Ela, ao fim, se encarregou de estabelecer os contatos.

questões principais investigadas⁴, foi enviado a ele por e-mail, respondendo a isso também por esse meio, ou seja, textualmente, o que permite uma maior elaboração das respostas, se comparadas ao modo oral.

O texto recebido, acompanhado de duas fotografias da família, é denso, crítico e poético. Por isso, as diversas chaves de leitura que permitem só foram sendo afirmadas em sucessivas leituras. A primeira, diz respeito a como se apresenta a partir da sua relação com o mercado.

João é herdeiro do ofício de avô e de pai, o que evidencia a transferência de saberes entre gerações:

[...] segundo relatos que tive na infância, meu avô já tinha uma banca no Mercado, porém não tenho registros dessa época. Acredito que meu pai (...) tenha se estabelecido como feirante no Mercado Público de Lages entre o final da década de 1980 e início da de 1990, o que coincide com o meu nascimento, em maio de 1990. Logo, toda memória que tenho da parte do meu pai está intimamente ligada ao Mercado Público, pois, desde sempre, ele trabalhava lá como feirante. E assim foi até a ‘intervenção’ da Prefeitura.

[...]

Passei pelo menos 2/3 da minha vida naquele espaço... (“João”, 2022).

Grande parte da “prática” de João no mercado, portanto, se dá quando era ainda criança. Sua memória infantil, no seu sonhar um lugar desaparecido, revela valiosas “estruturas espaciais originais” ou “espaços metafóricos”, cujo valor reside na constituição do espaço em si, bem como de si próprio (Certeau, 1998, p. 191).

Pessoalmente, o Mercado foi o lugar que marcou a minha infância e adolescência.

[...]

⁴ As questões buscaram abordar cinco eixos temáticos – o antigo mercado (comércio, vivência, saída), concurso e revitalização –: **a)** Quando iniciaram a trabalhar no Mercado? Por quanto tempo permaneceram lá? Quais produtos comercializavam?; Como era a vida naquele local? Qual é/era a importância do Mercado para vocês? Lembram de algum momento marcante que viveram no Mercado?; **b)** Como foi a saída de vocês do Mercado Público? Ainda estavam trabalhando lá quando o Mercado foi fechado? Como foram avisados para desocuparem o espaço? Continuaram comercializando em outro espaço? A Prefeitura deu algum suporte?; **c)** O que pensam sobre o Concurso de Revitalização do Mercado? Vocês foram consultados? Era uma demanda dos antigos comerciantes?; **d)** Sobre a revitalização de 2021, o que pensam? Tiveram a possibilidade de formar um comércio no novo espaço?

[...] brincava de me esconder entre os boxes, de enfiar o braço, da mão até o cotovelo, num saco de feijão, de ver um favo de mel exposto na banca, dos ganchos enferrujados que pendiam salames (...), de afiar a faca no piso bruto do próprio Mercado para poder cortar um naco de fumo de rolo... (“João”, 2022).

No presente, João pede expressão ao que ainda não foi visto ou dito no passado e releva um espaço que, pela densidade de suas significações, se torna memorável, tal como observa Chaui (2021, p. 161): “uma obra só é memorável graças ao excesso das suas significações com relação aos significantes ou aos signos disponíveis nos quais se expressa”.

Seu relato, contudo, não só descreve, mas recria o espaço do mercado (Certeau, 1989). Não reduzindo-o a lugar ou um objeto museográfico degradado, nem a existência de seus trabalhadores a uma massa informe e indistinta, ele constrói mapeamentos dinâmicos de espaços e de existências com significado.

2. O MERCADO

2.1 lugar físico

O Mercado Público de Lages, projetado e construído entre os anos de 1940 e 1948, integrava naquela época planos de revitalização urbana de Lages/SC. Sob discursos da elite sociopolítica em prol da modernidade e do embelezamento, o novo mercado substituiu dois mercados existentes e foi erguido fora do eixo fundacional da cidade (Peixer, 2002). Isso, naturalmente, envolveu o apagamento de tantas outras memórias que, apesar de não serem discutidas aqui, revelam os modos contínuos com que a sociedade local construiu e ainda constrói sua história.

Como **Lugar**, deve-se observar que o mercado foi projetado por Wolfgang Ludwig Rau. O estilo adotado foi o Art Déco, tentando demonstrar a modernidade prometida. Trata-se, contudo, como observa Ishida et. al. (2013), um Dèco de viés popular, com ornamentações simplificadas.

Desenvolvido a partir de um pavilhão retangular, o edifício do Mercado possui dimensões imponentes, ocupando, no sentido longitudinal, toda a testada. Em suas extremidades, corpos menores complementam o edifício formando uma planta “U” que lhe garante aberturas para três ruas. Dentre os blocos, destaca-se o situado na esquina, com dois pavimentos e desenho semicircular. (Figuras 1 a 3)

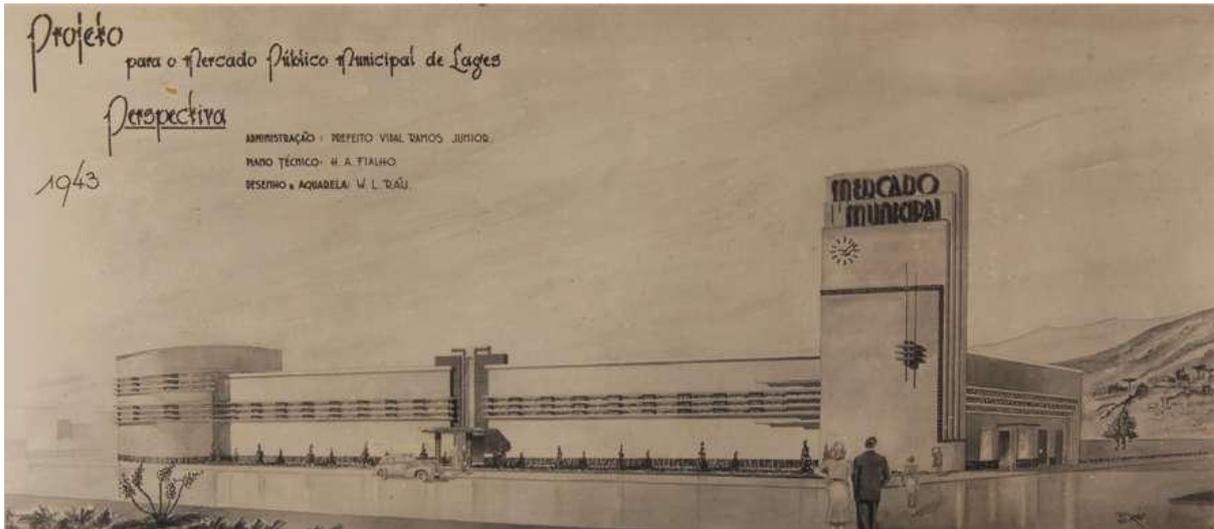


Figura 1 - Projeto para o Mercado Público de Lages (1943). **Fonte:** Teixeira (2009, p.50).



Figuras 2 e 3 - Fachadas do Mercado Público de Lages (n.d.). **Fonte:** Imagens disponíveis na Página “Bela Lages por Júlio Vasco” no Facebook, 2015.

Nas décadas de 1960 e 1970, o prédio passou por modificações. Uma cobertura foi construída entre o pavilhão principal e os blocos laterais, a fim de dobrar a sua área, o que poderia significar uma ampla procura pelos produtos ali comercializados. (FMCL, 2014).

Em 1990, o Mercado Público foi considerado, por meio da Lei Orgânica do Município de Lages, como Patrimônio Histórico Municipal (Peixer, 2002). Esta designação, contudo, não lhe garantiu a sua salvaguarda, como será discutido, especialmente porque durante as décadas seguintes, com o avanço das redes mercadistas, o mercado passou a ser reduzido a um espaço de passagem e de uso ocasional.

A descrição desse lugar geométrico e cronológico ganha novos sentidos dimensionais e espaciais nas memórias de João:

Eu lembro o quão desproporcional a construção era em relação à quantidade de feirantes que lá trabalhavam... O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, pois era quando acontecia a “Feira” e, mais ainda, com a venda de ‘Peixe Vivo’, com a proximidade do feriado religioso. Para a primeira, uma área equivalente a quase 1/4 de todo espaço físico do Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras. Esses eram os dias em que as vendas aumentavam, pois os feirantes eram como um ‘complemento’ dos produtos que a ‘Feira’ atraía para o Mercado (“João”, 2022).

Essa ambígua dinamicidade talvez justifique o abandono e precarização que o mercado sofreu nos anos seguintes pelo poder público, o que é corroborado pelo depoimento do João e por uma das poucas matérias jornalísticas da época (Figura 4):



[...] o telhado estava sendo paliativamente escorado por ‘escoras’ de madeira que os próprios feirantes que lá trabalhavam confeccionaram e, de fato, o telhado estava apodrecendo pelo contato da estrutura de madeira com as águas pluviais. Pelo que recordo, houveram várias tentativas na época de acionar a Prefeitura para resolver essa questão, todas infrutíferas até então. É importante frisar aqui que era paga uma taxa, simbólica pelo que lembro, para o uso dos boxes e o pedido dos feirantes era para que houvesse uma reforma no telhado. Como essa reivindicação se alastrou meses a fio, essas ‘escoras’ foram necessárias para conter o telhado que, aos poucos, apodrecia. (“João”, 2022)

Figura 4 - Manchete sobre a falta de recursos para a manutenção do Mercado Público de Lages no Jornal Correio Lageano (23/11/2016). **Fonte:** Acervo de William Branco

Em 2009, o espaço, em razão de problemas estruturais, foi interditado pela Defesa Civil Municipal, tema que será abordado posteriormente, permanecendo fechado por quase doze anos até sua reabertura em 2021.

2.2. espaço social

João, por ter vivido grande parte de sua vida no mercado, tinha os demais feirantes e funcionários como uma família estendida, podendo nomear um a um. Como massa anônima, estão os meros passantes e os fregueses que, apesar de fiéis, eram presenças flutuantes, conforme os dias da semana, quando havia feira e venda de “peixes vivos”:

Eu lembro de cada um que lá trabalhava na época pelo nome: Wilson, Lemos, o ‘Pixeiro’, Antonio (meu pai, que todos conheciam por Mazza, seu segundo nome), Tônico, ‘Gaúcho’ (guarda) e o ‘Gringo’ (responsável pela ‘Feira’) [...] o Sr. Wilson, por exemplo, vendia cocada, paçoquinha, alhos, ovos e figos.

[...]

O Mercado tinha um fluxo realmente muito pequeno, mas isso mudava drasticamente nas quartas-feiras e nas quintas-feiras [...] o Mercado recebia um volume absurdo de pessoas em busca de produtos como frutas e verduras.

[...]

[...] alguns apressados que nem compravam nada e usavam o Mercado como atalho para não dar a volta na quadra (“João”, 2022).

Entre os personagens, vendedores e compradores, estão as mercadorias que lhes interessavam e uniam. Para além dos perecíveis – peixes, frutas, verduras –, a vedete do mercado eram os produtos coloniais, fato também corroborado por outra matéria jornalística (Figura 5):



O principal produto vendido era o mel, seguido de outros produtos coloniais como cera de abelha (bruta e alveolada), feijão, queijo, salame, charque, fumo de rolo, pinhão (quando era época) e, raras as vezes, banha de porco, rapadura e até palitos de fósforo. De vez em quando eram comercializados ovos caipiras, algo hoje impensável devido à atuação da vigilância sanitária, mas que, na época, era permitido ("João", 2022).

Figura 5 - Reportagem sobre os feirantes do Mercado Público de Lages no Jornal Correio Lagueano (09/12/2008). **Fonte:** Acervo de William Branco

Modos de trabalho

O ritual de venda dessas mercadorias revela valiosas dimensões do mundo do trabalho, não se reduzindo ao simples comprar-vender. Esse ritual, passo a passo, envolve: a negociação de compras de mercadorias para a revenda; o preparo dos alimentos para exposição e comercialização, em procedimentos engenhosos e, aos olhos de hoje, pouco assépticos; o embalagem para despacho, sempre com reuso de materiais; e as formas de pagamento que, distintamente da selvageria capitalista atual, envolvia laços de confiança.

Como numa cadeia produtiva, os produtos coloniais eram comercializados "direto com os produtores e (re)vendidos pelos feirantes (às vezes a preços inflacionados)". Entre feirantes e produtores, pressupõe-se também relações de fidelidade no fornecimento e laços de confiança, já que esses são necessários para negociar valores e favorecimentos mútuos.

Chegada ao mercado, cada mercadoria era submetida a diferentes níveis de preparação, desenhando outros rituais que ganham significação nos relatos de João. Havia aqueles que a venda era quase imediata: o feijão era vendido a granel, armazenado em sacos,

onde suas mãos infantis deliravam em experiências sensoriais; o fumo era oferecido em rolo e vendido aos “nacos”, para depois ser convertido em cigarros de palha com a “habilidade paciosa de ... picar o fumo na palma da mão”; o salame era pendido em “ganchos enferrujados”.

Outras mercadorias demandavam enorme trabalho de preparação antes da sua efetiva oferta. Por vezes, isso se dava ainda em casa, o que demonstra uma indefinição dos espaços laborais e domésticos:

[...] vi meu pai deixar secar o charque nas telhas de barro da garagem de casa, prática essa recorrente quando o queijo era muito novo e precisava secar ao sol antes de ser vendido. (“João”, 2022).

Outras vezes, isso se dava no próprio mercado que era então convertido em um improvisado espaço de pré-fabricação. No beneficiamento do figo, vendido descascado e em sacos que eram refrigerados, destaca-se a atuação do Sr. Wilson:

[...] cansado de ter as mãos machucadas pelo caldo branco urticante e corrosivo que o figo expele quando cortado com a faca ou o canivete, mesmo usando luvas para tentar proteger minimamente a pele das mãos, decidiu inventar uma engenhoca, afixou-a a uma mesa para descascá-los.

[...]

Após descascados, os figos eram ensacados e armazenados em uma geladeira e vendidos, pouco a pouco, conforme a demanda da clientela (“João”, 2022).

Não menos trabalhoso era o beneficiamento do mel, vendido em favos e em forma líquida em vidros de conserva preparados pela família de João:

[...] o mel era embalado em vidros, que outrora traziam de conservas de pepino em seu interior. Os vidros de conserva, ora consumidos pela família ora comprados em ferro velhos, eram lavados em casa com sabão em barra em um tanque.

[...]

[...] [lembro] de ajudar a secar os vidros de conserva recém lavados com sabão em pedra e embalar o mel neles com um colherão (“João”, 2022).

Antes da mercadoria ir para as mãos dos fregueses, o embalamento envolvia cuidados, recorrendo aos referidos vidros, a jornais e a sacolas reaproveitadas:

Jornal, aliás, era item indispensável na banca [...] Com o intuito de proteger o vidro que continha mel, o mesmo era envolto em papel jornal e, em seguida, colocado numa sacola, esta última (re)aproveitada de algum supermercado ou farmácia (“João”, 2022).

Por fim, o pagamento se dava em dinheiro ou fiado, cujo registro se dava em anotações improvisadas que expressam confianças mútuas.

As pessoas só tinham a opção de pagar em dinheiro e havia, pelo menos o meu pai tinha, um pote marcando o nome e a dívida de quem comprava fiado com ele, dívida esta anotada num pedaço cortado a mão de uma margem de jornal sem impressão (“João”, 2022).

O ritmo de produção dessas etapas era lento, quer porque eram respeitadas dinâmicas pessoais, ausentes da frenética produtividade e eficiência capitalista, quer pela precariedade imposta ao espaço:

Acredito que os termos ‘Pacata’ e ‘Nostálgica’ podem definir bem o dia a dia do Mercado Público. ‘Pacata’, pois os poucos feirantes trabalhavam em um ritmo único, explico: o Sr. Wilson, por exemplo [...] passava o dia todo sentado a descascar figos. Um dia após o outro entretido em uma única atividade [...] ‘Nostálgica’ também, pois o espaço era fortemente deslocado de seu tempo e isso era algo muito nítido, pois, em um instante, você estava do lado de fora do Mercado Público e a cidade ao redor crescia e se modernizava, mas tudo no interior do Mercado era como a vinte anos antes daquele momento, ou até mais. A dinâmica do Mercado era assim: para fazer uma ligação para qualquer um dos feirantes, havia um único número fixo na Peixaria. Se precisasse falar com um feirante, que não fosse o da Peixaria, ele era chamado e precisava deixar a sua banca e ir atender [...] O Mercado era o lugar propício para passar horas debulhando pinhas e separar os pinhões das falhas (“João”, 2022).

Sociabilidades

O elo entre os feirantes se dava nesses modos intercambiáveis de saberes - negociar, produzir e revender -, mas também nos modos de vida que transbordavam os limites de mercado:

[...] eu podia ver os adultos conversando sobre qualquer assunto, de futebol a política, enquanto um falava da viagem que tinha feito recente com a família e outro escutava, sem tirar os olhos do fumo recém comprado e, após desfiá-lo com um canivete e uma paciência ímpar, enrolava na palha

com os lábios e acendia em forma de paieiro. Teve um tempo em que um restaurante modesto se instalou no Mercado e, por vezes, o feijão servido lá era o mesmo comprado horas, ou minutos antes, no próprio Mercado pelo meu pai ou algum de seus colegas (“João”, 2022).

No mundo profano dos negócios, havia ainda espaço para religiosidades que anunciam algum sincretismo:

[...] alguns apressados [...] passavam fazendo o sinal da cruz quando viam a pequena gruta que tinha a imagem de Nossa Senhora Aparecida envolta em velas, algumas conchas e aquelas fitinhas de promessas (“João”, 2022).

Lutas de Classe e resistências

Também ali eram articuladas algumas lutas sociais e de classe. Diante da precariedade do mercado, a auto-organização permitiu o improvisar escoras para a cobertura que roía e pedidos de providências do grupo foram feitos à prefeitura. Essas ações, contudo, não demonstraram ter força política, levando à violenta interdição do edifício, como discutido por João:

[...] o pedido dos feirantes, na época, era para que o telhado fosse reformado e a atitude da Prefeitura foi a de expulsá-los às pressas, devido aos riscos que o telhado oferecia.

[...] alguns fiscais passaram no Mercado e a ordem era a de fechá-lo de imediato. Imagine a cena: meu pai, assim como os demais feirantes, num dia comum, sem aviso prévio, é surpreendido por pessoas dizendo que era para ele e todos os que lá estavam se retirar daquele lugar, com todos os seus produtos à venda, naquele mesmo dia.

[...] Ainda na mesma semana, as portas do Mercado foram seladas por tábuas e assim permaneceu por anos (“João”, 2022).

Diante dessa ordem, houve uma submissão inicial: “dado o susto, meu pai conseguiu um transporte às pressas e trouxe tudo o que tinha lá para casa. Outros fizeram o mesmo, pois não tiveram muita opção” (“João”, 2022). Passado esse “susto”, contudo, as reflexões sobre a decisão começaram e emergir – “...não concordei na época e agora menos ainda...” (“João”, 2022) –, o que, provavelmente, levou à negociações com a Prefeitura para a solução do problema. A proposta alternativa apresentada, contudo, não foi aceita, evidenciando a não subordinação a seus mandos:

[...] a Prefeitura tentou uma alternativa junto aos feirantes, mas ela era insustentável: a ideia era montar uma estrutura em lona na Praça Joca Neves [...]. Bem, essa estrutura que a Prefeitura estava se disponibilizando a montar foi duramente criticada. Vamos usar o feijão de exemplo: o espaço seria coberto com lona, ou seja, aberto à circulação e, desse modo, não teria a mínima condição de abrigar o feijão da umidade. Fora isso, a estrutura em lona não oferecia o mínimo de segurança para exposição dos produtos, quanto mais a permanência desses produtos na Praça, enquanto esses mesmos produtos permaneciam no Mercado. Enfim, houve a recusa dessa proposta (“João”, 2022).

Essa insubordinação também se deu de modo individual, envolvendo o pai do João. Nos moldes do que hoje é chamado de ação insurgente, ele “ocupou” a calçada do mercado e começou a vender seus produtos, o que chamou a atenção da mídia, para quem cobrava medidas da Prefeitura. Mesmo que essa ação não tenha sido mobilizada só por insurgência, mas também por necessidade de dar vazão aos seus produtos, há nisso um gesto político considerável:

O fato é que o meu pai estava com um desafio: um estoque de produtos e sem espaço para comercializá-los, a solução: vendê-los no Mercado, porém do lado de fora dele, na calçada, embaixo de uma marquise de uma das portas de acesso. E lá foi ele, o mais teimoso de todos os feirantes, vendendo os seus produtos na calçada do Mercado, faça chuva faça sol. O porta-malas do Corcel II 1978 azul céu abarrotado de mel, cera, própolis, fumo de rolo, mais uma mesa desmontável, um banquinho de madeira com assento de tecido, munido de uma modesta calculadora e ainda uma caneta que ficava no painel do painel do carro que o sol acabou entortando. Ficava lá das 08:00 às 17:00h, como já fazia quando o Mercado funcionava normalmente. Nenhum de seus colegas voltou ao Mercado, só ele.

[...]

Acredito que seja válido ressaltar ainda que, a cada pouco, o meu pai era entrevistado por algum veículo de comunicação, seja rádio ou de circulação impressa, e ele cobrava tanto a reforma quanto a reabertura do Mercado. Por vezes, esses assuntos foram pauta na cidade, mas infrutíferas, infelizmente. O fato era que ele estava lá de segunda a sexta-feira vendendo e havia os que viam isso como uma ofensa, vendo a Prefeitura como relapsa (“João”, 2022).

Talvez pelos saberes aprendidos com essas atuações da classe trabalhadora e pelo exemplo de insurgência política paterna, João, hoje se posiciona como grande capacidade reflexiva e crítica: “A saída para mim representou, na verdade, uma ‘expulsão’, um ‘expurgo’ [...]”. (“João”, 2022). Com habilidade, relaciona a interdição e a proposta de um novo e

precário mercado na Praça Joca Neves como mais uma das ações “higienistas” da prefeitura. Nesse relato, mais uma vez, lugar e espaço vão se imbricando, para ganhar novos sentidos:

Para quem não a conhece pelo nome, ela [a praça] ocupa todo um quarteirão e está localizada entre as Ruas Castro Alves, Cândido Ramos, Manoel Thiago de Castro e Afonso Ribeiro, na área central da cidade, assim como o Mercado Público. Como referência, ela é a mesma que possui uma Concha Acústica, alvo de críticas alguns anos depois, porque a Prefeitura cercou com grades o acesso ao palco. A polêmica na época é que isso foi visto como uma ação ‘higienista’, já que era comum os mendigos e sem-teto usarem o espaço para dormir... mas isso é assunto para outro momento (“João”, 2022).

3. TRAUMAS

Apesar do capital das sociabilidades e das lutas de classe, a interdição causou enormes traumas na família de João:

[...] em uma tarde, como qualquer outra tarde, meu pai chegou mais cedo em casa com uma cara de espanto, visivelmente abatido e triste, não revoltado, mas com um medo estampado. Ele estava agitado e, devido ao nervosismo, não formava frases completas e coerentes. Levou um tempo e, à noite, minha mãe e eu entendemos o que ele estava tentando nos dizer: que o Mercado estava sendo fechado às pressas e tudo o que tinha lá de produtos tinha que ser tirado, da noite para o dia, no atropelo (“João”, 2022).

Como consequência, uma enorme quantidade de mercadoria foi levada para a sua casa - “o volume era impressionante.” Mesmo depois do período de venda insurgente na calçada, esse volume ainda era grande, já que posteriormente foi vendido a um comprador que “arrematou todo o estoque de mel e cera que, juntos, somavam a incrível quantidade de duas toneladas” (“João”, 2022).

Para além do pressuposto impacto nos seus modos de morar, os relatos de João insinuam angústias pela falta da manutenção familiar, já que a fonte de trabalho e renda havia sido suspensa. Não menos importante, insinua as aflições decorrentes da incerteza de futuro, diante do fracasso com as negociações da prefeitura e com as especulações na época: “uns diziam que iria se tornar um depósito de grãos, outros que seria reformado e outros não apontavam nenhuma solução e o caracterizavam como um ‘elefante branco’ urbano” (“João”, 2022).

Entre angústias, as vidas de seus pais e dos demais feirantes seguiram aparentemente esvaziadas de sentido. Alguns deles morreram e, com eles, suas memórias:

Até onde eu sei, o Sr. Wilson, aquele dos figos, se recolheu na sua casa no Bairro Guarujá. Meu pai e minha mãe fizeram uma visita para ele pouco tempo depois do fechamento do Mercado, eu lembro de voltarem para casa espantados com o quão abatido ele estava. O Lemos acabou falecendo um pouco antes de o Mercado fechar. O 'Peixeiro' decidiu se aposentar e deixou o filho dele tomando conta da Peixaria. Lembro que ele não ficou muito tempo, pois recebeu uma proposta para trabalhar em uma locadora de vídeo na época. Não soube mais sobre eles. Também não tive mais notícias Tônico e do Gaúcho, nem sei se permaneceram em Lages ou não.

[...] Meu pai faleceu em agosto de 2014, ainda no período em que o Mercado permaneceu fechado, ou 'interditado', para usar o termo mais técnico que lhe foi atribuído ("João", 2022).

Talvez a perda dessas pessoas e suas memórias, um "patrimônio imaterial", seja mais grave do que a própria desativação física do mercado. (Bonduki, 2010).

ainda apagamentos

O apagamento dessas memórias persistiu na intervenção de 2014-21. Nenhuma linha foi traçada sobre os mesmos, nenhuma consulta sobre a possibilidade de reinserção no espaço, sendo assim construída uma memória fácil, manipulável e uma narrativa hegemônica sobre o mercado:

A despeito do Concurso de Revitalização do Mercado, eu mesmo tive conhecimento dele somente depois que o mesmo já tinha ocorrido, inclusive só soube dele por intermédio da minha esposa que cursa Arquitetura e Urbanismo [...], não fosse isso, provavelmente nem teria ficado sabendo ("João", 2022).

A despeito disso, João expressa alguma simpatia pela proposta vencedora do curso e pelo reuso do mercado: "fico feliz por saber que o Mercado está, mais uma vez, sendo usado. Isso já é infinitamente melhor que vê-lo fechado por tanto tempo." ("João", 2022).

Essa simpatia, contudo, não é eufórica, pelo contrário, é permeada por uma certa "nostalgia": "Meu pai ... não teve a chance de ver o Mercado aberto novamente. Eu mesmo nunca mais passei por lá para ver como está. Acho que não vou me sentir bem em voltar lá. Prefiro ter a lembrança [...]" ("João", 2022).

A nostalgia de João talvez espelhe a mesma aura ‘nostálgica’ com que ele descreve o seu mercado infantil - um deslocamento de seu tempo, enquanto a vida ao redor cresce e se moderniza. O seu rememorar suporta, dialeticamente, a lembrança do vivido e os necessários esquecimentos.

Talvez seja melhor mesmo João não voltar, o que se assiste ali é um espaço *gourmet* que contempla atividades alheias à um mercado público, como uma praça de alimentação - composta por bares, lanchonetes, choperia e fiabreria - e lojas destinadas a produtos nacionais e importados, como vinhos. Desde aí, observa-se uma atmosfera comum a um *shopping center*, endereçado às elites empreendedoras e consumidoras, como os turistas (Grechoniak, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Certeau (1998), aquele que relata ou descreve é também um criador, um fundador de espaços. Com uma potência quase literária, os relatos de João fundam um mercado-outro, até então pouco conhecido: espaço de trocas, mas também de modos de trabalho muito específicos, de sociabilidades e de lutas de classe.

É desse seu ato criador que se pode depreender que o mercado público de Lages não suporta uma história, mas histórias. Isso, contudo, permite se questionar: Além do João, quais seriam as criações do Sr. Wilson, do Lemos, do ‘Peixeiro’? Por onde andam o Tônico e o Gaúcho? Abre-se, assim, um promissor campo de investigação junto a outros atores do mercado - produtores, comerciantes e compradores - agentes anônimos na massa uniforme e invisibilizada no processo de interdição e revitalização do mercado.

Autorizar essas criações se faz necessário não só por dar sentidos mais amplos ao restrito espaço edificado do mercado, mas também por dar luz a essas existências, assegurando o direito à diferença e à cidadania cultural.

Por outro lado, isso também é uma forma de oportunizar reflexões que levem, no futuro, a modos mais democráticos de construção do patrimônio de Lages. Historicamente, o trato que a cidade vem dando aos feirantes e comerciantes é excludente. Isso se revela já no mencionado fechamento dos dois antigos mercados e transferência para o mercado em estudo, no seu abandono e na súbita imposição de desocupação do edifício, e, mais recentemente, nos processos de sua revitalização. Isso, contudo, não se trata de fatos isolados.

Como observado por João, na história da cidade, sucedem-se diversas ações “higienistas”, seguidas de apagamentos de memórias e construção de histórias hegemônicas.

Enquanto a reflexão e a sensibilização do poder público não vêm, a insurgente ocupação da calçada do mercado com o “Corcel II 1978 azul céu” do pai do João fixa-se como uma imagem a sugerir diversas formas de também atuar em defesa de um patrimônio comum.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília. DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Criar, 2003.

FMCL - Fundação Municipal de Cultura de Lages. Aspectos Históricos do Mercado. In: IAB-SC. **Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC**. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. **Revista Geografares**, n. 25, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/7356>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GRECHONIAK, José Alberto de Oliveira. **Produzir-vender-consumir: reflexões sobre estética e consumo nos projetos de requalificação do centro de Lages/SC**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pelotas: PROGRAU/UFPel, 2023.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. **Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages**. Florianópolis: UFSC, 2013.

JOÃO. **Relato sobre o Mercado Público de Lages**. Entrevista concedida via e-mail a José Alberto de Oliveira Grechoniak, Lages, 28 jun. 2022.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida Martinez. **Arquitetura e política**. Ensaio para mundos alternativos. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de Memória: Trabalho, cotidiano e moradia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/6306>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: UNIPLAC, 2002.